



ST21 Partidos e sistemas partidários

ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (1996-2012)¹

Vitor Vasquez²

Jean Lucas Macedo Fernandes³

Marco Antonio Faganello⁴

¹ Agradecemos ao Grupo de Estudos em Política Brasileira associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública (Polbras/Cesop – Unicamp) pela atenciosa leitura e pelos comentários e sugestões sobre o paper.

² Doutorando em Ciência Política (DCP/IFCH/Unicamp), membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública (Polbras/Cesop – Unicamp), bolsista FAPESP.

³ Mestrando em Ciência Política (DCP/IFCH/Unicamp), membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública (Polbras/Cesop – Unicamp), bolsista CAPES.

⁴ Mestrando em Ciência Política (DCP/IFCH/Unicamp), membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública (Polbras/Cesop - Unicamp) bolsista CNPq.

Resumo:

Desde os anos 1990, Katz e Mair (1994) já notavam o baixo acúmulo de conhecimento sobre as organizações partidárias, sobretudo em sua dimensão empírica. Dentro deste debate, há estudos que abarcam a distribuição das organizações partidárias pelo território brasileiro (Braga & Pimentel Jr, 2013; Braga, Rodrigues-Silveira, & Borges, 2013). O presente paper insere-se neste escopo, ao buscar verificar, por meio de candidatos a vereador lançados pelos partidos nos pleitos municipais, quais estratégias são mobilizadas para a expansão da estrutura partidária. Para tanto, analisamos dados de candidatura para vereador nas eleições ocorridas entre 1996 e 2012, e buscamos verificar para que tipo de município os partidos buscam ir e se a migração é uma via pela qual buscam fazê-lo. Além disso, investigamos o impacto da posição no espectro ideológico dos partidos neste processo. Os resultados indicam que: não há um tipo bem definido de município para o qual os partidos decidem ir; a migração parece ser uma ferramenta de estruturação dos partidos no âmbito local e; isto não varia de acordo com o posicionamento ideológico do partido, pois tal estratégia está presente em todos eles.

Palavras-chave: organização partidária; estrutura partidária; política local; migração.

INTRODUÇÃO

A questão estrutural dos partidos políticos tem sido alvo de inúmeros debates, com propostas diversas de tipologias e dos modos de funcionamento dessas organizações (Duverger, 1954; Key, 1964; Kirchheimer, 1966; Neumann, 1956). Estudos como os de Panebianco (2009) e de Katz e Mair (1994, 1995; 2002) têm orientado grande parte das discussões contemporâneas sobre a estruturação dos partidos políticos. Este paper visou contribuir a este debate, analisando as estratégias de dispersão das estruturas partidárias no nível local brasileiro, através do lançamento de candidato para vereador.

Segundo Tavits (2013) e Calvo e Murillo (2004), o estabelecimento bem-sucedido dos partidos políticos nas democracias depende, crucialmente, da força de suas organizações. Tal força é responsável por aumentar as chances de sucesso e de permanência desses partidos enquanto atores significantes no jogo político. Para o caso brasileiro, Guarnieri (2012) apontou que esta associação entre estrutura formal dos partidos e desempenho

eleitoral é válida, onde a ampliação da rede organizacional reduz custos eleitorais e amplia as chances de vitória das agremiações.

Nesse sentido, e a partir da constatação de que os partidos brasileiros aumentaram sua dispersão territorial desde a redemocratização (Vasquez, 2016, p. 99), verificaremos este processo de expansão estrutural dos partidos para o nível municipal. Um pressuposto fundamental que guia o trabalho é o de que esta expansão pelo território está diretamente relacionada à estratégia dos partidos de lançarem candidaturas nos municípios. Ou seja, o lançamento de candidatos a vereador será adotado, aqui, como uma *proxy* para organização partidária em nível local.

Neste paper analisamos o período compreendido entre 1996 e 2012, orientados por três perguntas: (1) para qual município o partido opta por ir quando decide expandir territorialmente; (2) qual estratégia o partido utiliza quando decide expandir territorialmente; (3) se as estratégias de expansão variam dependendo do espectro ideológico do partido.

Para responder a primeira pergunta, tomamos os municípios como unidade de análise e trabalhamos com pares eleitorais. Adotamos como medida de expansão territorial a entrada de novos partidos em um município. Portanto, verificamos quantos partidos que não lançaram candidato para vereador na eleição anterior (eleição 1) passaram a lançar na outra (eleição 2). Desta forma, quanto mais partidos novos passaram a disputar a eleição num mesmo município, inferimos que mais atrativo este município se mostrou para os partidos. Assim, a variável dependente de nossa pergunta (1) é a *Entrada de novos partidos*.

Para analisar esta variável, estabelecemos cinco variáveis independentes: porte eleitoral no município, possibilidade ou não de segundo turno na disputa para prefeito, grau de competitividade da eleição para vereador no município, saída de partidos na disputa para vereador e região a que pertence o município. O porte eleitoral e a possibilidade de segundo turno foram utilizados para testar a hipótese, inspirada em Braga (2006), de que os partidos primeiro se estabelecem nas capitais e principais cidades do país e depois buscam os demais municípios. Já a competitividade eleitoral, a saída de partidos e a região do município foram variáveis mobilizadas para verificar a hipótese, inspirada em

Caramani (2003), de que os partidos tendem a expandir-se para locais cuja competição partidária é menos acirrada.

Nossos resultados não confirmaram nenhuma das hipóteses acima, sugerindo uma falta de padrão de tipo de município para o qual o partido decide se expandir. Exceção feita aos municípios localizados na região Sul, que se apresentam como mais restritivos a entrada de novos partidos.

Em relação à segunda pergunta, assumimos que os partidos possuem duas possibilidades de lançarem candidatos a vereador estreantes pela sua legenda: candidatos novos – *debutantes* – e candidatos que já disputaram a eleição por outro partido – *migrantes*. A partir disto, testamos que tipo de estratégia de estreia prevalece em municípios nos quais os partidos não estavam na eleição anterior e em municípios nos quais os partidos já estavam na eleição anterior. A hipótese neste caso, inspirada em Freitas (2012), é de que os partidos lançam mão da migração partidária para se expandir territorialmente.

Os resultados, desta vez, indicaram para a confirmação da hipótese. Afinal, as taxas de migrações tendem a ser superiores em municípios novos para os partidos do que em cidades nas quais estes já atuavam. Além disso, verificamos que tal estratégia prevalece em todos os partidos, não importando sua posição no espectro ideológico. Isto encaminha a resposta da terceira pergunta, sugerindo que esta estratégia de expansão territorial não varia a depender da posição do partido no espectro ideológico.

Dividimos o texto em três partes. Primeiramente, fizemos alguns apontamentos teóricos, sobre como (e a partir de quais pressupostos) compreendemos as organizações partidárias. Na sequência, respondemos às três perguntas centrais – qual o sentido da expansão organizacional dos partidos, como ocorreu este processo, e se há padrões ideológicos que orientam esta movimentação. Por fim, uma conclusão sintetiza os achados e aponta algumas questões para futuras pesquisas.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIAS: PERSPECTIVAS E CONCEITOS

Em um ambiente de competição eleitoral, os partidos procuram adotar diversas estratégias que, segundo Cox (2010), podem ser resumidas em três vertentes: persuasão,

mobilização e coordenação. A primeira destas consiste em alterar as preferências do eleitorado, criando novos incentivos por meio de propagandas políticas, candidatos atrativos e práticas clientelistas, por exemplo. A mobilização, por outro lado, se dá mediante o investimento em eleitores que já apoiavam o partido previamente, de modo a apenas reforçar seu suporte eleitoral. Por fim, a coordenação ocorre em momentos anteriores às eleições, resultando na diminuição do número de candidatos por meio de instrumentos como as coligações eleitorais e o controle sobre as listas partidárias.

A terceira estratégia (coordenação) indicada por Cox (2010) nos permite apontar a direção que pretendemos seguir: pensar quais estratégias os partidos têm lançado mão em suas expansões pelo território brasileiro. Trata-se de buscar compreender de que maneira as agremiações têm coordenado seus quadros nos pleitos municipais, resultando em maior ou menor dispersão territorial. Afinal, como argumenta Cox (2010), a coordenação é um dos objetivos principais dos partidos políticos que buscam manter sua unidade interna e sua sobrevivência na competição política.

Dixit e Londregan (1996) demonstram que as redes partidárias proporcionam maior identificação e distribuição de benefícios entre o eleitorado. A alocação destes benefícios, bem como o estreitamento de laços entre partidos e eleitores, se dão de maneira mais eficaz quando estes constroem redes densas e amplas. Nesse sentido, um pressuposto trazido por estes autores é o de que a expansão da rede organizacional é uma estratégia importante não apenas para a conquista de votos, mas também para o estabelecimento dos partidos nos mais variados municípios.

Guarnieri (2012) identificou que a associação entre votação e organização partidária é positiva. Através de análises com o contingente de filiados a partidos nos municípios, o autor encontrou que a correlação entre votação e filiação é forte nas eleições para prefeito. Em termos ideológicos, partidos mais programáticos e mais à esquerda apresentaram impacto maior da filiação partidária sobre o desempenho eleitoral. Guarnieri constata, também, que os partidos de direita, mesmo detendo poderosas máquinas políticas em nível local, produziram menos efeito no voto do que as agremiações de esquerda.

O debate sobre robustez (ou força) organizacional, na literatura internacional recente, tem sido proposto por autores como Tavits (2013). Evidências coletadas pela autora revelaram que partidos orientados pragmaticamente e com líderes profissionais – características que Panebianco (2009) já havia apontado nos anos 1980 – tendem a investir mais em organizações mais fortes. Tal tendência seria ainda mais presente em partidos inseridos em ambientes mais competitivos e hostis, na medida em que os forçam a se aprimorarem e a adotarem estratégias mais eficazes na busca por votos.

Contudo, nesta relação entre organização partidária e ambiente de competição, Tavits (2013) segue o pressuposto de que, no limite, os fatores organizacionais internos possuem um papel tão ou mais importante do que os fatores externos, na determinação do sucesso dos partidos. Esse sucesso, consequentemente, está ligado de forma direta à *força organizacional* que os partidos conseguem deter. O conceito de força organizacional se refere a três pontos principais: (1) extensão organizacional, medida pela capacidade de o partido espalhar sua “marca” (*brand*) pelo território; (2) tamanho da base de filiados – ou seja, o quanto o partido consegue mobilizar seus eleitores e criar redes de ativismo político; (3) profissionalização da organização central, na qual o partido forma um corpo de profissionais orientados estrategicamente e pragmaticamente para a competição político-eleitoral. O presente paper insere-se especificamente no debate em relação ao primeiro ponto.

Um dos argumentos centrais de Tavits (2013), a partir destes três eixos, é o de que partidos com organizações fortes possuem mais chances de serem bem-sucedidos eleitoralmente e sobreviverem enquanto jogadores significantes. Isso é possível porque, ao deterem maior força organizacional, possuem também mais condições de atrair e mobilizarem, efetivamente, o eleitorado – em relação a partidos com organizações mais fracas. Esta organização robusta auxilia o partido a se estabelecer não apenas na arena eleitoral, mas também no comprometimento de seus quadros com a manutenção de certa unidade interna. Ou seja, as estruturas partidárias são fundamentais porque conferem aos partidos suas forças organizacionais.

Bolognesi, Costa e Codato (2016) chamam a atenção para uma diferenciação conceitual importante, a partir da leitura de Tavits (2013). Esta se refere à distinção entre “estrutura partidária” e “organização partidária”. Ainda que não seja uma regra, os autores

observam que o processo de institucionalização dos partidos tende a ocorrer mais fortemente naqueles que detêm força organizacional – ou seja, entre aqueles que possuem uma “estrutura organizacional” maior. Isto ocorre pois investir na estruturação partidária significa ampliar sua robustez organizacional, afim de garantir maior eficiência na condução das atividades da máquina e, assim, prepará-la melhor para a competição política (Bolognesi et al., 2016, p. 6).

A partir deste pano de fundo, associado ao argumento de Cox (2010) sobre a importância da coordenação partidária, argumentamos que a expansão dos partidos pelos municípios brasileiros consiste em uma estratégia de aprimoramento de suas estruturas. Estão envolvidas, nessas ações, estratégias como a cooptação de lideranças já estabelecidas localmente, assim como a criação de novas figuras políticas, capazes de conquistarem parcelas do eleitorado. Afinal, como ressaltam Bolognesi, Costa e Codato (2016), a expansão da força organizacional fomenta processos de distribuição de poder e influência no interior da legenda. Estes, por sua vez, serão capazes de se refletir na arena eleitoral.

Nossa análise, portanto, estará centrada nas estruturas partidárias, a partir da capilaridade que os partidos adquirem pelos municípios, por meio do lançamento de candidaturas. Neste sentido, não exploraremos a organização em si, pois isto demandaria um olhar sobre outras dimensões dos partidos que não compõem nosso foco por ora, como a hierarquia interna, a rede de filiados e a presença de Diretórios⁵, por exemplo. Esta diferenciação é importante para definirmos sobre quais termos nossa discussão seguirá, ou seja, sobre qual dimensão da organização partidária a contribuição do nosso paper se estabelece.

METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

Conforme Tavits (2013), um dos eixos que alicerça a força organizacional de um partido é a capacidade deste espalhar sua “marca” (*brand*) pelo território. Neste sentido, assumimos que o ponto primordial para tanto é que o partido esteja presente em quantos

⁵ A literatura brasileira recente tem focado em alguns elementos que compõem este conjunto de características das estruturas partidárias. Sobre filiados, ver Guarnieri (2012); Speck (2013); Speck, Braga e Costa (2015). A distribuição de poder e a hierarquia no interior dos partidos são trabalhadas por Guarnieri (2011) e Ribeiro (2013). Braga (2008) e Bolognesi (2013) focam na seleção de candidaturas, ao passo que Braga e Pimentel Jr. (2013) mapeiam a distribuição dos órgãos partidários (Diretórios e Comissões Provisórias) pelo país.

distritos for possível. Dado que o município é a menor subunidade do sistema político do Brasil e que o cargo de vereador é o menos custoso da disputa local⁶, uma forma de analisar a capacidade dos partidos brasileiros em espalhar seu nome perante os eleitores é verificar em quais municípios os partidos disputam a vereança. Assim, entendemos que uma maneira adequada para se verificar a estratégia partidária em expandir o alcance de sua marca, é analisar em quais municípios os partidos não estavam em uma eleição e passaram a estar no pleito subsequente.

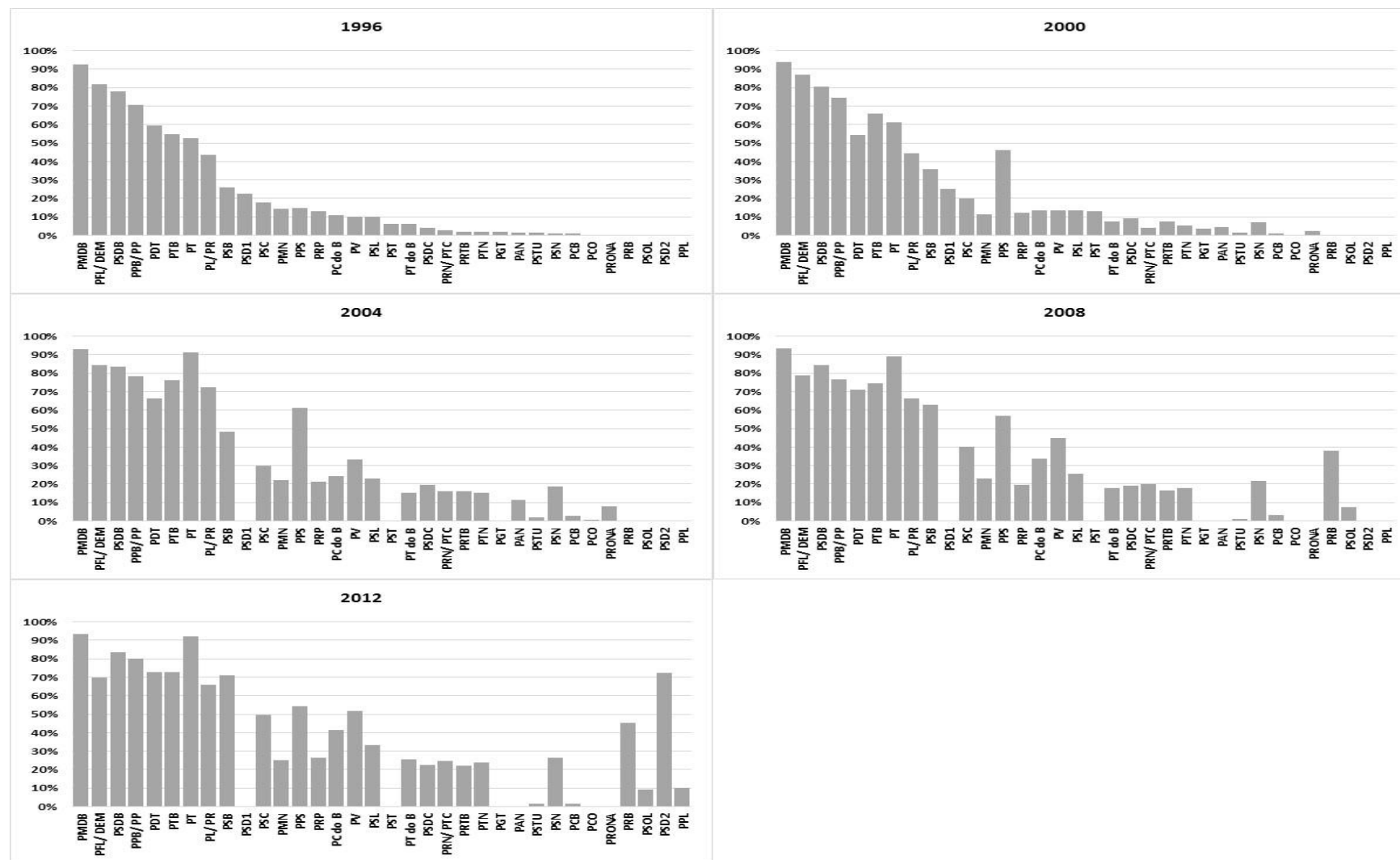
Para verificar tal expansão da estrutura partidária, inicialmente verificamos qual a porcentagem dos municípios brasileiros em que cada partido lançou pelo menos um candidato para vereador de 1996 a 2012. Os resultados estão apresentados na Figura 1⁷.

Os dados indicam que, via de regra, os partidos brasileiros aumentaram a extensão de sua marca ao longo das eleições. Afinal, o crescimento de municípios nos quais a maioria dos partidos lança candidatos é notório ao se acompanhar o aumento das barras ao longo das eleições. Desta forma, considerando que lançar candidato para vereador seja um *proxy* eficiente para este eixo da dispersão territorial da estrutura partidária, podemos investigar quais estratégias os partidos mobilizam para executar esta inserção. Para averiguarmos esta estratégia específica dos partidos, separamos a expansão territorial em dois momentos. Numa primeira etapa os partidos decidem para quais municípios irão. Isto feito, estes definem como irão fazer esta inserção. Destacamos que esta distinção entre momentos é analítica, pois é coerente que os partidos tomem estas decisões ao mesmo tempo, de forma complementar.

⁶ Menos custoso pois, diferentemente do cargo de prefeito, cuja disputa é majoritária e somente um candidato leva todo o prêmio independentemente da votação obtida pelos adversários derrotados, o cargo de vereador é disputado pelo sistema proporcional. Neste caso, o prêmio não fica restrito a somente um competidor, pelo contrário, este é repartido proporcionalmente em função do número de votos obtidos.

⁷ Para efeitos visuais comparativos, optamos por manter no eixo horizontal todos os partidos que disputaram qualquer uma das eleições da série analisadas. Portanto, os espaços vazios nos gráficos referem-se a partidos que não existiam naquela determinada eleição.

Figura 1: Porcentagem dos municípios no qual cada partido ofereceu pelo menos um candidato para vereador (1996-2012).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Momento 1: para qual município ir

O primeiro momento analisado é quando o partido decide ir para um município no qual ele não ofereceu candidato para vereador na eleição anterior. Este momento foi verificado a partir de duas hipóteses: (1) hipótese da relevância dos municípios, inspirada em Braga (2006) e; (2) hipótese da competição partidária, inspirada em Caramani (2003).

A primeira hipótese foi construída a partir da ideia de que os partidos brasileiros “tiveram que começar um processo de estruturação e difusão de suas organizações partidárias ancorado nas capitais e principais cidades, de onde, ao longo das eleições, foram avançando em direção às demais cidades de cada estado” (Braga, 2006, p. 161). Neste sentido, espera-se que, pelo menos nas eleições mais recentes, a inserção dos partidos ocorra principalmente nos municípios menores, uma vez que nas capitais e em outras cidades relevantes as estruturas partidárias já estão instaladas, pois isto ocorrera numa etapa anterior.

Testamos esta hipótese tomando como unidade de análise os municípios brasileiros. Isto foi feito a partir de duas variáveis independentes, *porte eleitoral* e *possibilidade de segundo turno*. Nossa variável dependente é a *entrada de novos partidos* no município. As análises foram realizadas em quatro pares eleitorais: 1996-2000, 2000-2004, 2004-2008 e 2008-2012. A primeira eleição do par é chamada de eleição (1) e a subsequente de eleição (2). Abaixo segue a descrição de nossas variáveis.

Entrada de novos partidos: Quantidade de partidos no município que não lançou candidatos para vereador na eleição (1) e que passou a lançar na eleição (2);

Porte eleitoral: Número de eleitores do município na eleição (2);

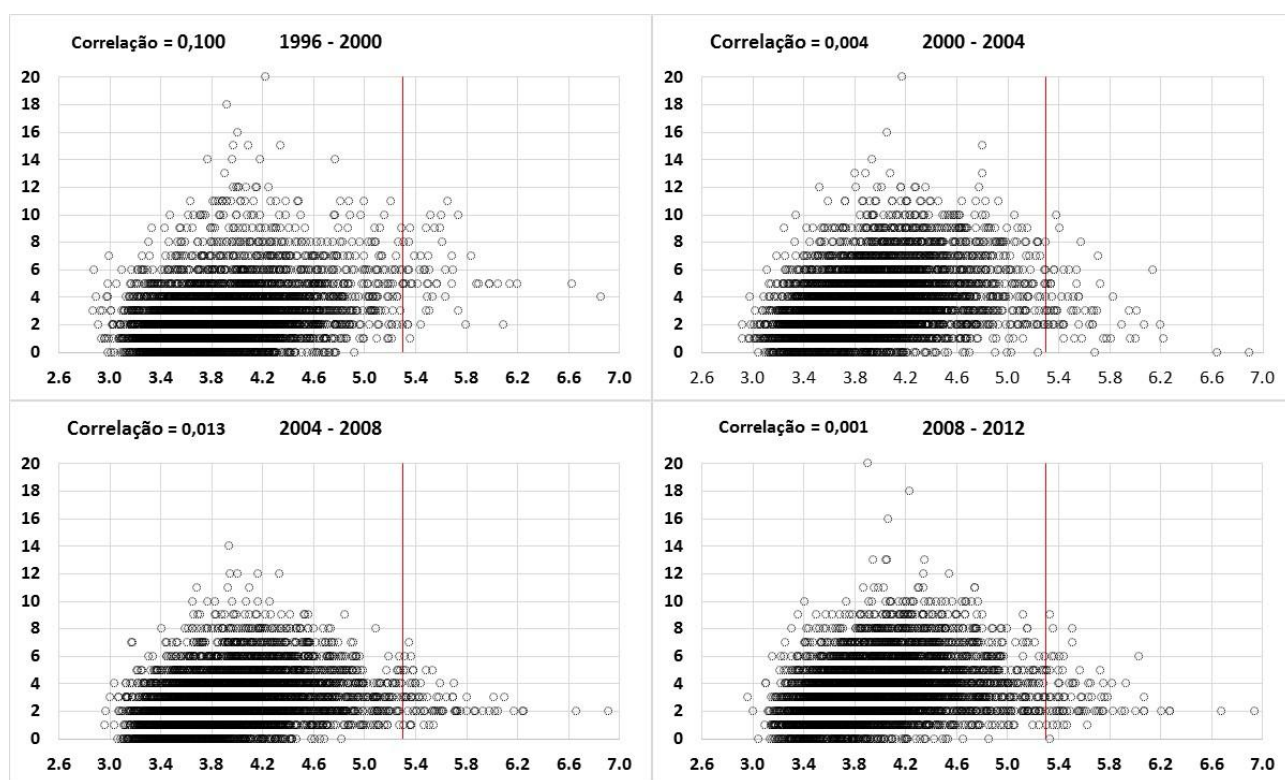
Possibilidade de segundo turno: Se o número de eleitores do município for menor que 200 mil⁸, valor 0, caso contrário, valor 1.

Na Figura 2 apresentamos uma descrição da relação entre nossa variável dependente e as independentes desta primeira hipótese. Como os municípios com mais de 200 mil eleitores são

⁸ Criamos esta *dummy* baseada no valor de 200 mil eleitores em função da lei eleitoral que prevê ou não possibilidade de se ter segundo turno nas disputas para prefeito. Eleições para prefeito em municípios com menos de 200 mil eleitores são obrigatoriamente decididas em primeiro turno. Já nos outros municípios, aqueles com mais de 200 mil eleitores, se no primeiro turno nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, um segundo turno é disputado entre os dois competidores mais bem votados. Esta variável foi tomada como proxy de importância de município, assumindo que as cidades com possibilidade de segundo turno nas disputas para prefeito tendem a ser as mais relevantes do país.

pequena minoria no total de municípios brasileiros, montamos o eixo horizontal dos gráficos de dispersão com o log do número de eleitores, somente para efeito de visualização. Caso contrário, os municípios com possibilidade de segundo turno ficariam espremidos à direita dos gráficos, impossibilitando o efeito comparativo. Já as correlações foram calculadas todas a partir do número de eleitores dos municípios. Pode-se observar que os dados descritivos não são conclusivos em termos de relação entre nossa variável dependente e as independentes desta hipótese. Ou seja, a priori, não identificamos nenhum padrão entre o porte eleitoral ou a relevância do município e a entrada de novos partidos nestes locais.

Figura 2: log (porte eleitoral) vs. entrada de novos partidos⁹.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Deve-se destacar, porém, que os efeitos destas variáveis dependentes podem ser afetados pela quantidade de cadeiras em disputa nestes municípios. Afinal, se por um lado a hipótese diz que os partidos tendem a se inserir depois nos menores municípios e, portanto, deveríamos esperar que nestes ocorresse a maior entrada de novos atores; por outro, quanto menor o município menos

⁹ Gráficos de dispersão cortados em $x = 5,301 \gg \log(200.000)$ – relevância do município.

cadeiras estão em disputa, fato que tende a inibir a entrada de novos competidores. Ou seja, além do porte ou da relevância do município, o grau de competição pode também influenciar na decisão de entrada de novos partidos. Nesta linha segue a segunda hipótese.

Enquanto a primeira hipótese lida com a importância dos municípios, a segunda diz respeito à competição eleitoral que nestes se estabelece. Caramani (2003) afirma que quando se define competição eleitoral baseada na contestação que há entre os partidos numa disputa, assume-se que a competição tem estreita relação com a dispersão territorial dos partidos. Afinal, para que “um elevado número de distritos eleitorais contestados surja, os partidos devem se difundir através do território”. (Caramani, 2003, p. 413, tradução nossa¹⁰).

Neste sentido, assumindo que os partidos buscarão oportunidades de inserção nos municípios com menor competitividade eleitoral, definimos três variáveis independentes: *saída de partidos*, *relação candidato/vereador* e *região do município*. A variável região do município foi proposta a partir da ideia de que algumas localidades podem ter a competição partidária mais fechada ou aberta, facilitando ou dificultando a entrada de novos atores¹¹. Nossa variável dependente se mantém: *entrada de novos partidos* no município. Mais uma vez realizamos as análises em quatro pares eleitorais: 1996-2000, 2000-2004, 2004-2008 e 2008-2012. A primeira eleição do par é chamada de eleição (1) e a subsequente de eleição (2).

Entrada de novos partidos: Quantidade de partidos no município que não lançou candidatos para vereador na eleição (1) e que passou a lançar na eleição (2);

Saída de partidos: Quantidade de partidos no município que lançou candidatos para vereador na eleição (1) e que não lançou na eleição (2);

Relação candidato/vereador: Razão entre o número de partidos no município que lançou candidato para vereador e o número de partidos que elegeu vereador na eleição (1).

Região do município: Se o município fizer parte da região, valor 1, caso contrário, valor 0.

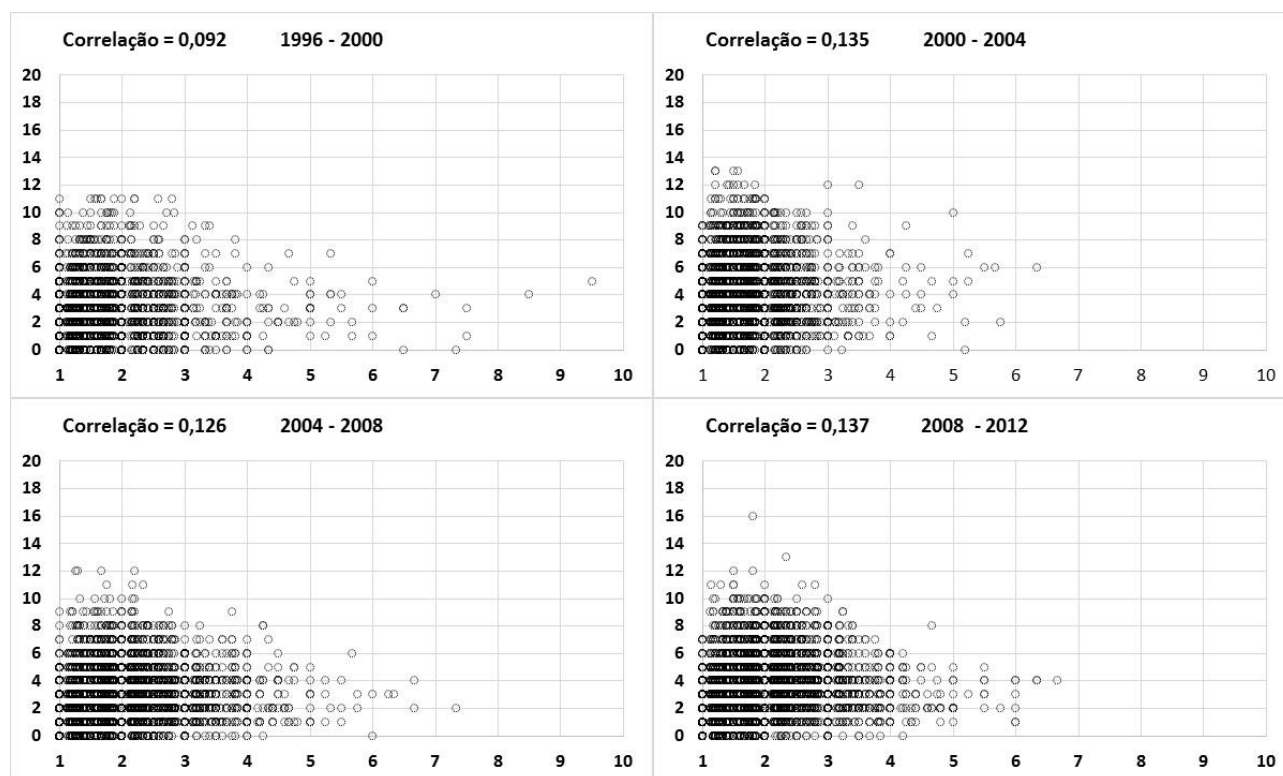
Na Figura 3 apresentamos uma descrição da relação entre nossa variável dependente e a variável *relação candidato/vereador*, através de gráficos de dispersão e correlação. Novamente, do ponto de

¹⁰ No original: “For a high number of contested constituencies to arise, parties must diffuse through territory” (Caramani, 2003, p. 413).

¹¹ A ideia de competição partidária mais fechada ou aberta é clara alusão à distinção que Mair (1997) faz entre sistemas partidários abertos ou fechados.

vista descritivo, não podemos ver nenhum padrão que chame atenção entre estas variáveis. Nossa assunção era de que quanto maior fosse a *relação candidato/vereador*, mais restrita seria aquela competição, uma vez que, mesmo com muitos concorrentes ela estaria limitada a poucos partidos vencedores. Da mesma forma ao contrário, quanto menor fosse a relação, mais o município estaria suscetível a entrada de novos partidos. Porém, nenhum padrão entre as variáveis foi observado.

Figura 3: Relação candidato vereador vs. Entrada de novos partidos.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Ao propormos a variável *saída de partidos*, assumimos que quanto mais partidos saíssem da disputa, mais oportunidade surgiria para a *entrada de novos partidos*. No entanto, ao analisarmos se há padrão entre estas duas variáveis, mais uma vez nos deparamos com uma resposta negativa. Conforme pode ser visto nos índices que calculamos para cada para eleitoral¹², não há correlação significativa em nenhum dos pares eleitorais. Os dados estão expostos na tabela 1.

¹² Para esta análise descritiva não utilizamos os gráficos de dispersão pois a variável do eixo horizontal, saída de partidos, é discreta, o que acarreta muita repetição em seus valores. Como nossa pesquisa compreende os mais de 5500 municípios em cada par eleitoral, o excesso de sobreposição de resultado compromete a análise (visualização) da dispersão.

Tabela 1: Coeficientes de correlação entre entrada de partidos novos e saída de partidos

1996 - 2000	2000 - 2004	2004 - 2008	2008 - 2012
-0.036***	0.077***	0.063***	0.078***

*** p<0,01; **p<0,05; *p<0,1.

Fonte: Resultados estatísticos gerados pelo Stata.

Para analisarmos a relação entre a variável *região do município* e a *entrada de novos partidos*, utilizamos a correlação ponto-bisserial, uma generalização da correlação de Pearson para variáveis dicotômicas geradas artificialmente. Os resultados, apresentados na tabela 2, demonstram correlação quase inexistente entre a entrada de novos partidos e as regiões centro-oeste, nordeste, norte e sudeste. Por outro lado, foi observada alguma correlação negativa, ainda que baixa, para a região sul. A partir disto, inferimos que a região sul aparenta ser mais fechada à entrada de novos atores políticos nos municípios do que as outras regiões¹³.

Tabela 2: Coeficientes de correlação entre entrada de partidos novos e região do município

Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
0.015**	0.191***	0.100***	-0.012*	-0.281***

*** p<0,01; **p<0,05; *p<0,1.

Fonte: Resultados estatísticos gerados pelo Stata.

Novamente nossos dados descritivos permitem pouca conclusão sobre algum padrão de estratégia partidária para expandir sua marca adentrando algum tipo específico de município. Isto é, pelos critérios por nós selecionados, não parece haver padrão de relevância do município ou de grau de competitividade das eleições municipais para que um partido opte ou não por investir em se inserir naquela localidade. O único destaque, ainda que reduzido, relaciona-se à localização regional dos municípios. Mais especificamente, ao efeito que pertencer à região sul tem na entrada de novos partidos. Baseado nos coeficientes de correlação informados, esta região parece mais fechada à entrada de novos atores.

¹³ Uma descrição detalhada da entrada e saída de cada partido por região pode ser conferida no Apêndice 1. Nas tabelas deste apêndice tomamos os partidos como unidade de referência.

Por fim, testamos as variáveis das duas hipóteses anteriormente descritas através de regressão binomial negativa, uma vez que nossa variável independente é a mesma para ambas e se comporta de maneira discreta e não equidispersa (média = 3,09 e variância = 4,78).

Tabela 3: Coeficientes e IRR da Distribuição Binomial Negativa¹⁴.

Variável dependente: Entrada de novos partidos		
Variável independente	Coeficiente	IRR
Porte eleitoral	0.0006 (0.0005)	1.0006 (0.0005)
Relevância do município	-0.0885* (0.0479)	0.9153* (0.0439)
Saída de partidos	-0.0219*** (0.0033)	0.9783*** (0.0032)
Relação candidato/vereador	0.0832*** (0.0076)	1.0867*** (0.0083)
Nordeste	0.1443*** (0.0160)	1.1552*** (0.0185)
Norte	0.1588*** (0.0193)	1.1721*** (0.0226)
Sudeste	-0.0497*** (0.0163)	0.9515*** (0.0155)
Sul	-0.5146*** (0.0192)	0.5978*** (0.0115)
Constante	1.1203*** (0.0516)	3.0657*** (0.1582)
ln(alpha)	-2.3904 (0.0442)	-2.3904 (0.0442)
Log likelihood	-44421.483	
Wald	2401.21	
N	22070	

Erros -padrão robustos entre parênteses.

*** p<0,01; **p<0,05; *p<0,1.

Fonte: Elaboração própria a partir de resultados estatísticos gerados pelo Stata.

¹⁴ O IRR, referente ao *porte do município*, seria interpretado da seguinte forma: caso um município aumente em uma unidade o tamanho do seu colégio eleitoral, isto é, caso tenha mais um único eleitor, a diferença esperada na *entrada de novos partidos* tende a variar no valor de (IRR) unidades, enquanto as outras variáveis se mantêm constantes (interpretação da regressão binomial negativa conforme http://www.ats.ucla.edu/stat/stata/output/stata_nbreg_output.htm, acessado em 15/08/2016). Como a variação de uma unidade no colégio eleitoral é insignificante perante a variação que temos nos municípios – variável contínua que flutua da casa dos milhares até os milhões, dividimos por 10 mil todos os colégios eleitorais. Assim, a interpretação não é mais no incremento de um eleitor, mas sim de uma unidade de 10 mil eleitores.

Os resultados da distribuição binomial negativa confluem com o que observamos nas análises descritivas. Apenas uma variável demonstra algum impacto na estratégia dos partidos – quando comparada às demais – em expandir suas marcas nos municípios brasileiros: pertencer à região sul. Neste sentido, o fato do município pertencer a esta região tende a reduzir em 0,5146 (48,5%) a entrada de novos partidos neste local, quando se coloca seu efeito em perspectiva com as demais variáveis.

Em suma, de acordo com as análises que nós estabelecemos, não foi possível confirmar as duas primeiras hipóteses. Afinal, não reconhecemos nenhum padrão de tipo de município preferido no qual os partidos não lançavam candidato para vereador e passaram a fazê-lo ao longo das eleições. Além disso, não encontramos padrão no que diz respeito à relação entre a competição partidária dos municípios e a entrada de novos partidos nestas cidades. No entanto, o fato de um município pertencer à região sul parece impactar (negativamente) na estratégia dos partidos em expandirem suas marcas. Isto pode indicar que nesta região o sistema partidário é mais fechado, pois, pelo menos comparativamente, inibe a entrada de novos atores.

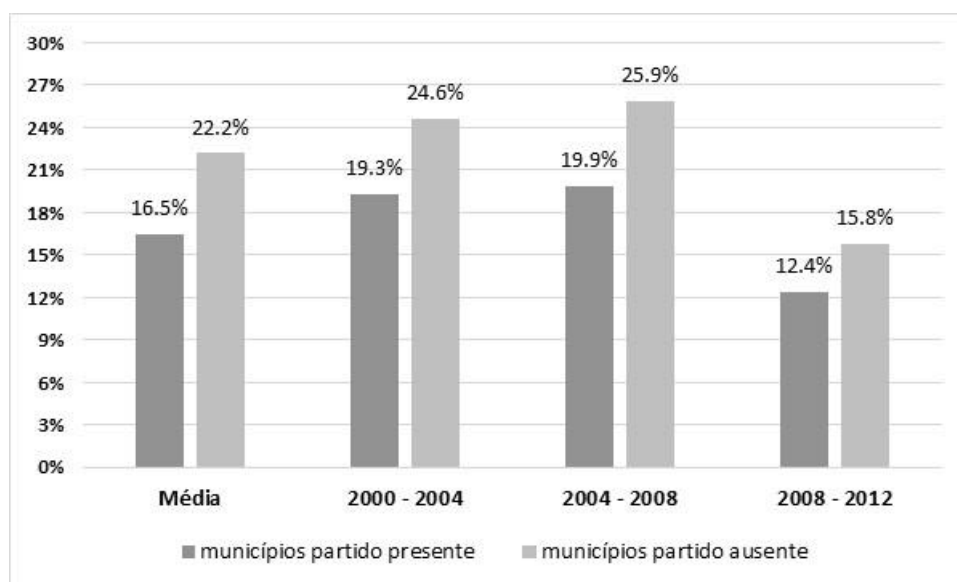
Momento 2: como entrar no município

O segundo momento analisado, a saber, quando o partido define como entrar no município no qual não atuava, é verificado a partir de uma hipótese: os partidos adentram estas cidades lançando mão da migração partidária. Esta hipótese foi inspirada em Freitas (2012), que propõe que os partidos não são atores passivos nas migrações, pois estes possuem interesses em cooptar políticos com potencial para a legenda. Neste sentido, os partidos “aliciam parlamentares para aumentar seu acesso a cargos no Legislativo, para aumentar seu tempo no horário eleitoral gratuito e para angariar mais votos em regiões onde não eram bem votados” (Freitas, 2012, p. 952). Assim, buscamos verificar em que medida quando um partido entra num município no qual ele não atuava, o faz através de migração partidária.

Para esta análise assumimos que os partidos podem estreitar candidatos por duas vias: (1) lançando um candidato de base que não disputou eleições para vereador – *debutante* e; (2) através de um político que já havia disputado a vereança em eleição anterior, mas representando outro partido – *migrante*. Além disso, ressaltamos que a estreia de candidato por um partido pode ocorrer tanto num município no qual o partido já estava, quanto num município novo.

A partir disto, separamos todas as estreias de candidato em todos os municípios de 2000 a 2012¹⁵ e calculamos a média de porcentagem de candidatos estreantes que são *migrantes* considerando dois tipos de municípios: (1) municípios nos quais o partido havia lançado candidato a vereador na eleição anterior – *municípios partido presente* e; (2) municípios nos quais o partido estava ausente na disputa para vereança na eleição anterior – *municípios partido ausente*. Nossa intenção foi verificar se os casos de migração acontecem, proporcionalmente, mais nos *municípios partido ausente* do que nos *municípios partido presente*. O gráfico 1 confirma os resultados esperados, o que sugere que os partidos tendem a utilizar em maior medida a migração quando pretende difundir sua marca para locais nos quais não estavam presentes.

Gráfico 1: Média de Porcentagem de candidatos migrantes dentre os estreantes.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Portanto, prevalece uma tendência de que nos municípios nos quais o partido entra, tenha uma proporção maior de candidatos migrantes do que em cidades nas quais o partido já possui histórico eleitoral. Porém, isso pode ser consequência do fato de que partidos pequenos tendem a ter mais migração do que os demais. E, como os partidos pequenos tendem a entrar mais em uma nova cidade do que os grandes e os médios, essa diferença pode estar apenas refletindo essa disposição. Para contornar este efeito, calculamos, por partido, a porcentagem de candidatos migrantes em *municípios*

¹⁵ Não temos os dados de título de eleitor dos candidatos para a eleição de 1996. Como este é o meio comparativo pelo qual verificamos se houve ou não migração de um político, não pudemos contemplar tal eleição nesta análise.

partido ausente e em *municípios partido presente*. Os dados estão dispostos na tabela 4. Para sua elaboração consideramos todas as eleições municipais de 2000 a 2012. Além disso, distribuímos os partidos por bloco ideológico¹⁶. O objetivo foi investigar se o posicionamento do partido no espectro ideológico também influencia na estratégia de usar a migração para dispersão de sua marca.

Tabela 4: Migrantes por partido. Partidos separados por bloco ideológico.

	PARTIDO	AUSENTE	PRESENTE	DIFERENÇA	ABS_AUSENTE	ABS_PRESENTE
ESQUERDA	PT	13.10%	8.50%	4.60%	10403	68966
	PDT	24.35%	17.32%	7.03%	9509	44862
	PSB	25.32%	18.99%	6.33%	13037	36022
	PC do B	17.60%	12.83%	4.77%	6246	14428
	PSOL	7.76%	4.37%	3.39%	1470	2150
	PCB	17.04%	10.00%	7.04%	663	620
	PSTU	4.15%	0.85%	3.30%	217	468
CENTRO	PCO	12.75%	0.00%	12.75%	204	60
	PMDB	31.64%	17.15%	14.49%	3164	80662
	PSDB	26.67%	18.30%	8.37%	5272	64823
	PV	20.98%	15.65%	5.33%	12121	24031
	PMN	22.78%	17.69%	5.09%	6755	10361
DIREITA	PSN/PHS	19.34%	17.59%	1.75%	7452	9369
	PPB/PP	27.54%	17.14%	10.40%	7516	51297
	PTB	27.87%	19.82%	8.05%	8017	47118
	PPS	23.84%	18.50%	5.34%	9223	33668
	PFL/DEM	19.84%	16.07%	3.77%	2182	31198
	PSC	23.61%	18.84%	4.77%	10210	19927
	PL/PR	18.04%	15.05%	2.99%	1874	14389
	PSL	21.11%	18.35%	2.76%	8210	11368
	PSDC	21.09%	18.50%	2.59%	6634	9387
	PRP	23.60%	19.63%	3.97%	7022	9246
	PRB	15.16%	13.16%	2.00%	2935	8115
	PT do B	21.92%	18.80%	3.12%	6511	7890
	PRN/PTC	22.38%	16.71%	5.67%	7519	7554
	PTN	21.12%	17.47%	3.65%	6724	7357
	PRTB	21.69%	18.02%	3.67%	5942	6715

Fonte: Elaboração própria a partir dados do TSE.

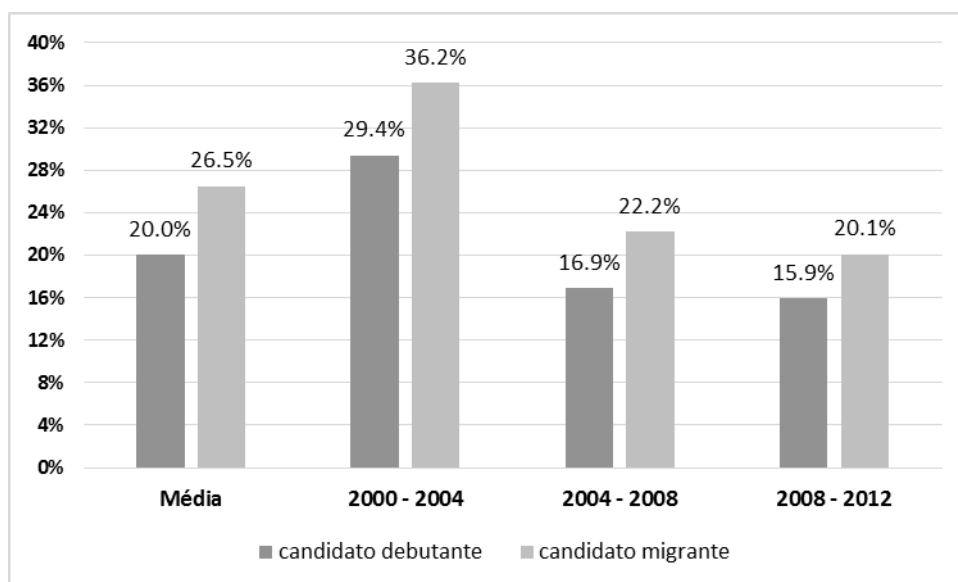
Os dados da tabela 3 corroboram o que fora visto no gráfico anterior, uma vez que a estratégia de usar, proporcionalmente, mais a migração em municípios nos quais o partido estava ausente na eleição anterior é adotada por todos os partidos. Destaca-se que entre os partidos grandes e médios a diferença de porcentagem entre os tipos de municípios tende a ser maior, haja visto os dados de PMDB, PSDB, PDT, PSB, PPB/ PP e PTB. Do ponto de vista ideológico, os partidos de esquerda

¹⁶ No que concerne à dimensão ideológica, a separação dos partidos em blocos obedeceu às classificações recorrentes na literatura (Codato, Bolognesi, & Roeder, 2015; Mainwaring, Meneguello, & Power, 2000; Melo, 2004; Power & Zucco Jr, 2011). Embora tenhamos adotado este critério de separação, reconhecemos a existência de controvérsias quanto à posição ideológica de alguns partidos – como PSDB e PMDB no centro ou na direita, por exemplo.

tendem a migrar menos que os da direita e do centro, com exceção do PDT e do PSB¹⁷. No entanto, mesmo neste lado do espectro, a migração ocorre em proporções maiores em municípios nos quais o partido não estava. Ou seja, mesmo os partidos de esquerda lançam mão da migração para espalhar sua marca em territórios até então inexplorados.

Finalmente, verificamos dentre todos os *migrantes* e os *debutantes*, qual proporção de candidato disputou eleições em *municípios partido ausente*. Os resultados estão distribuídos no gráfico 2, e mais uma vez indicam a tendência dos partidos de usarem, proporcionalmente, mais a migração para adentrar num município novo.

Gráfico 3: Média de Porcentagem de candidatos migrantes e debutantes em municípios novos.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Nesta etapa assumimos que os partidos dispõem de dois tipos de candidatos estreantes: o debutante e o migrante. A partir disso, buscamos identificar em que medida um tipo de candidato estreante é mais ou menos utilizado a depender do objetivo dos partidos. Para tanto, estabelecemos duas metas partidárias, a depender do tipo de município no qual os partidos apresentarão os estreantes: entrar em municípios nos quais os partidos não estavam na eleição anterior – *municípios partido ausente* – e ajudar a manter (e fortalecer) o nome do partido em municípios nos quais os partidos estavam na

¹⁷ Isto já foi constatado, em outros âmbitos que não o local, por Melo (2004) e Freitas (2012). Na esfera municipal, a constatação foi feita por Fernandes e Faganello (2016).

eleição anterior – *municípios partido presente*. Diante disto, nossos dados sugerem que os partidos tendem a utilizar mais os migrantes do que os debutantes em municípios partido ausente. Além disso, verificamos que esta prevalência de estratégia ocorre para todos os partidos, independentemente do espectro ideológico no qual se localiza. Assim, levantamos evidências de que a migração tem sido utilizada por todos os partidos brasileiros como estratégia de expansão territorial de suas estruturas.

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados sugerem que praticamente todos os partidos brasileiros ampliaram sua estruturação municipal com o passar dos anos. Sugerem ainda, que a migração partidária é um importante instrumento mobilizado neste esforço.

O grau de estruturação de um partido em um município pode variar muito, mas sua manifestação mais elementar ocorre pela decisão de oferecer candidato a vereador numa eleição local. Assim, imagina-se que um partido que busque expandir territorialmente sua marca, inicie esta tarefa, pelo menos do ponto de vista eleitoral, lançando candidatos para vereança nos municípios até então inexplorados. Com isso, entende-se que uma parte importante da organização passe por esta estratégia. Logo, compreendê-la da forma mais completa possível significa dar um passo importante também para a compreensão da organização partidária como um todo.

Tal estratégia pode ser influenciada tanto pelo alcance eleitoral que se busca dar ao seu partido, quanto pela dificuldade ou facilidade de se estabelecer num município no qual este partido não atuava, mas outros já estavam estabelecidos. Porém, nossos resultados sugerem que esta estratégia parece não obedecer padrões desta natureza. No entanto, estes não-achados de nossa pesquisa têm importância na medida em que nos força pensar outras janelas de oportunidades que os partidos enxergam quando decidem expandir suas marcas.

Dentre estas outras oportunidades disponíveis, analisamos a questão da migração partidária. Afinal, parece promissor se inserir num município novo lançando um candidato que já era conhecido dos eleitores deste local. Nesse sentido, a migração pode formalizar um expediente atrativo aos partidos que desejam iniciar a sua estruturação num município. Os resultados deste paper indicam para este caminho. Porém, a questão da migração aqui analisada não encerra o tema da estratégia de estruturação. Pelo contrário, ela abre tantos outros horizontes possíveis. Por exemplo, uma pergunta que pode surgir a partir de nossa constatação é que tipo de migrantes os partidos tentam cooptar

quando vão se inserir num município no qual não estavam. Este político pode ser uma liderança ou semente alguém com potencial para angariar votos para a legenda.

Outra forma de pensar a expansão territorial é pela via de novos candidatos – debutantes. Pois, ainda que, proporcionalmente, ela ocorra menos em municípios nos quais os partidos não estavam na eleição anterior, elas conformam uma quantidade expressiva de candidaturas para vereador, mesmo nestas cidades. Isto sugere que outros tipos de planejamento, como análise de influência de municípios vizinhos e de resultado eleitoral, por exemplo, sejam investigados.

Por fim, destacamos que a contínua expansão territorial de todos os partidos ao longo das eleições e a prevalência da estratégia de migração neste processo de expansão da estrutura partidária, nos coloca diante de dois pontos que há tempos são temas de embates na Ciência Política sobre Brasil. Por um lado nos mostra que o processo de fragmentação partidária ocorre em todos os âmbitos do país. O aumento contínuo de candidatura para vereador por várias legendas de pequeno porte parece indicar que este caminho de fragmentação ainda não chegou ao fim. Por outro lado, nos faz refletir também sobre o tipo de relação que os partidos e os políticos estabelecem entre si. Longe de argumentarmos que os partidos não são entes essenciais no sistema político, estamos refletindo que talvez tenhamos de encará-los de forma menos programática e mais pragmática. Este pode ser um caminho possível para compreendê-los melhor.

BIBLIOGRAFIA

- Bolognesi, B. (2013). A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), 45–68. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200004>
- Bolognesi, B., Costa, L. D., & Codato, A. N. (2016). *A revolução silenciosa no Partido dos Trabalhadores no Brasil*. Apresentado em 10º encontro ABCP, Belo Horizonte, MG.
- Braga, M. do S. S. (2006). *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política, 1982-2002*. São Paulo, SP: Editora Humanitas.
- Braga, M. do S. S. (2008). Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, 14(2), 454–485. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200008>

- Braga, M. do S. S., & Pimentel Jr, J. (2013). Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. In *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012* (Vol. XIV, p. 224). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer.
- Braga, M. do S. S., Rodrigues-Silveira, R., & Borges, T. (2013). Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. *América Latina Hoy*, 62, 15–45.
- Calvo, E., & Murillo, M. V. (2004). Who Delivers? Partisan Clients in the Argentine Electoral Market. *American Journal of Political Science*, 48(4), 742–757. <http://doi.org/10.1111/j.0092-5853.2004.00099.x>
- Caramani, D. (2003). The End of Silent Elections: The Birth of Electoral Competition, 1832-1915. *Party Politics*, 9(4), 411–443. <http://doi.org/10.1177/135406880394001>
- Codato, A. N., Bolognesi, B., & Roeder, K. M. (2015). A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, SP: Perseu Abramo.
- Cox, G. W. (2010). Swing voters, core voters and distributive politics. In *Political Representation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dixit, A., & Londregan, J. (1996). The Determinants of Success of Special Interests in Redistributive Politics. *The Journal of Politics*, 58(4).
- Duverger, M. (1954). *Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State*. Wiley.
- Fernandes, J. L. M., & Faganello, M. A. (2016). Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2012). *Newsletter (The observatory of social and political elites of Brazil)*, 3(7). Recuperado de <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-3-n.-7.pdf>
- Freitas, A. (2012). Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. *Dados*, 55(4), 951–986. <http://doi.org/10.1590/S0011-52582012000400004>

- Guarnieri, F. (2011). A força dos partidos “fracos”. *Dados*, 54(1), 235–258.
<http://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100007>
- Guarnieri, F. (2012). *Organização partidária e mobilização eleitoral no Brasil: o elo perdido*. Apresentado em 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Gramado, RS.
- Katz, R. S., & Mair, P. (1994). *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. SAGE.
- Katz, R. S., & Mair, P. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1(1), 5–28.
<http://doi.org/10.1177/1354068895001001001>
- Key, V. O. (1964). *Politics parties and pressure groups*. New York, NY: Crowell.
- Kirchheimer, O. (1966). The Transformation of the Western European Party Systems. In *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press.
- Mainwaring, S., Meneguello, R., & Power, T. J. (2000). *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. Paz e Terra.
- Mair, P. (1997). *Party System Change: Approaches and Interpretations* (1º ed). New York, NY: Oxford University Press.
- Melo, C. R. (2004). *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na câmara dos deputados, 1985-2002*. Editora UFMG.
- Neumann, S. (1956). *Modern Political Parties: Approaches to Comparative Politics*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Panebianco, A. (2009). *Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos*. Alianza.
- Power, T. J., & Zucco Jr, C. (2011). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Editora UFMG.

- Ribeiro, P. F. (2013). Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 10. Recuperado de <http://search.proquest.com/openview/1d695377d80b380588bce26f4faf3867/1?pq-origsite=gscholar>
- Speck, B. W. (2013). Nem ideológica, nem oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral Brasileiro. In *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012* (Vol. XIV, p. 224). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer.
- Speck, B. W., Braga, M. do S. S., Costa, V., Speck, B. W., Braga, M. do S. S., & Costa, V. (2015). Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56), 125–148. <http://doi.org/10.1590/1678-987315235606>
- Tavits, M. (2013). *Post-Communist Democracies and Party Organization*. Cambridge University Press.
- Vasquez, V. (2016). *Ao vencedor, a prefeitura: competição em eleições municipais (1996-2012)* (Dissertação de mestrado). Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000970170>
- Wolinetz, S. (2002). Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press.

Apêndice 1: Entrada e saída dos partidos nos municípios. Pares eleitorais: 1996-2000, 2000-2004, 2004-2008 e 2008-2012.

1996-2000	1996						ENTRADA						SAÍDA						2000					
Partido	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
PMDB	92.4%	98.2%	85.1%	95.3%	94.3%	97.2%	7.8%	5.2%	13.0%	8.5%	5.0%	4.7%	3.9%	4.6%	5.9%	3.1%	2.9%	2.5%	93.8%	95.0%	88.5%	96.0%	96.2%	96.9%
PFL/ DEM	82.0%	74.5%	88.9%	82.9%	89.8%	63.1%	11.8%	24.1%	10.8%	15.8%	7.0%	13.6%	4.6%	3.3%	5.4%	5.8%	5.1%	2.7%	87.0%	92.6%	90.4%	88.9%	91.6%	72.4%
PSDB	78.1%	73.2%	76.5%	82.7%	94.1%	57.9%	11.8%	28.2%	13.6%	16.5%	4.0%	11.8%	7.1%	1.3%	10.5%	8.5%	5.6%	5.8%	80.7%	97.4%	76.3%	86.6%	92.3%	62.3%
PPB/ PP	70.6%	60.1%	59.4%	86.9%	68.2%	88.6%	15.0%	20.2%	19.7%	12.7%	13.7%	8.7%	9.2%	11.5%	11.8%	8.7%	9.3%	4.4%	74.5%	66.4%	64.7%	86.9%	72.5%	90.7%
PDT	59.3%	49.8%	49.2%	50.2%	56.0%	86.1%	11.3%	11.5%	12.0%	14.0%	13.6%	6.1%	14.7%	16.3%	19.2%	7.3%	10.0%	16.9%	54.3%	43.2%	39.8%	54.3%	59.5%	73.2%
PTB	54.8%	46.4%	46.4%	58.9%	64.9%	54.6%	19.8%	15.4%	21.4%	28.5%	20.4%	15.0%	7.2%	10.8%	7.5%	5.6%	6.6%	7.0%	66.0%	49.2%	58.3%	78.8%	78.6%	61.3%
PT	52.7%	49.1%	45.0%	60.0%	54.4%	60.4%	17.0%	18.2%	16.2%	17.8%	15.5%	19.6%	7.3%	9.1%	7.3%	6.0%	7.9%	6.1%	61.0%	56.4%	51.9%	68.8%	61.9%	72.5%
PL/ PR	43.5%	60.4%	44.5%	44.6%	55.0%	18.6%	13.4%	9.1%	16.1%	26.5%	13.4%	6.1%	11.1%	21.7%	10.4%	9.8%	11.6%	7.7%	44.6%	45.6%	48.2%	59.2%	56.6%	16.6%
PSB	25.8%	11.9%	36.5%	41.1%	24.3%	11.7%	16.4%	18.4%	13.2%	16.9%	19.1%	16.4%	5.8%	2.6%	10.9%	6.2%	3.7%	2.3%	35.7%	27.3%	37.3%	49.9%	39.7%	25.6%
PSD1	22.8%	46.6%	22.2%	17.1%	32.8%	2.2%	10.6%	7.6%	13.1%	17.1%	13.5%	1.3%	7.5%	19.5%	6.7%	5.1%	10.5%	0.8%	25.2%	32.8%	27.6%	28.3%	35.8%	2.5%
PSC	18.0%	23.9%	19.9%	29.7%	17.2%	9.8%	9.1%	7.2%	13.0%	8.9%	8.8%	4.7%	6.8%	11.7%	7.9%	14.7%	4.7%	3.1%	19.9%	18.4%	24.2%	22.5%	21.2%	11.2%
PMN	14.6%	20.3%	16.3%	23.1%	17.4%	2.5%	5.0%	3.5%	5.2%	7.6%	6.8%	1.5%	7.8%	13.2%	10.2%	10.9%	7.4%	1.3%	11.3%	9.8%	10.6%	18.7%	16.8%	2.6%
PPS	15.0%	8.1%	21.8%	16.4%	17.7%	3.4%	33.9%	59.9%	25.8%	39.0%	42.1%	22.6%	2.4%	0.7%	4.3%	2.4%	2.0%	0.5%	46.2%	67.0%	42.3%	52.1%	57.7%	25.4%
PRP	13.2%	8.1%	16.7%	13.3%	19.3%	0.9%	6.0%	1.7%	5.3%	8.2%	3.1%	12.0%	6.6%	5.9%	8.6%	8.5%	8.6%	0.3%	12.2%	3.7%	12.6%	12.5%	13.8%	12.5%
PC do B	10.9%	9.5%	13.9%	13.8%	11.5%	5.1%	5.8%	6.1%	7.7%	8.7%	5.6%	2.1%	2.8%	2.8%	3.7%	1.3%	3.4%	1.3%	13.6%	12.4%	17.3%	20.5%	13.7%	5.8%
PV	10.1%	7.2%	8.7%	10.3%	16.3%	4.1%	7.4%	4.3%	6.1%	6.2%	12.2%	4.4%	3.6%	3.9%	3.6%	3.8%	4.3%	2.4%	13.6%	7.4%	10.8%	12.0%	24.2%	5.9%
PSL	9.9%	0.5%	14.4%	11.0%	13.3%	1.6%	8.2%	8.9%	10.7%	10.7%	4.8%	7.9%	4.2%	0.2%	6.5%	3.6%	5.7%	0.4%	13.6%	9.1%	18.0%	17.6%	12.4%	9.1%
PST	6.4%	10.1%	4.7%	6.1%	9.4%	3.2%	9.2%	14.1%	8.9%	23.8%	8.1%	3.5%	2.4%	2.8%	2.2%	1.8%	3.5%	1.4%	12.9%	21.0%	11.2%	27.8%	14.0%	5.2%
PT do B	6.2%	2.5%	7.7%	4.4%	9.2%	1.6%	4.3%	2.6%	6.9%	5.8%	4.0%	1.0%	2.7%	1.7%	3.5%	1.8%	3.5%	0.9%	7.6%	3.3%	10.7%	8.2%	9.7%	1.6%
PSDC	4.3%	0.9%	1.4%	12.6%	8.8%	0.2%	7.0%	11.5%	10.2%	6.9%	4.9%	3.4%	1.9%	0.0%	0.7%	4.7%	4.1%	0.1%	9.3%	12.4%	10.9%	14.3%	9.5%	3.5%
PRN/ PTC	2.8%	0.5%	3.9%	5.1%	2.9%	1.2%	2.7%	2.2%	3.4%	4.5%	2.6%	1.5%	1.6%	0.4%	1.5%	4.7%	1.7%	0.8%	3.9%	2.2%	5.6%	4.7%	3.7%	1.9%
PRTB	2.1%	0.2%	2.9%	6.1%	2.2%	0.3%	6.4%	4.3%	7.9%	4.7%	8.6%	2.4%	0.9%	0.0%	0.8%	3.3%	1.0%	0.2%	7.6%	4.6%	9.8%	7.1%	9.7%	2.5%
PTN	2.1%	0.2%	0.1%	0.5%	6.3%	0.1%	4.3%	4.3%	4.4%	6.2%	5.6%	1.4%	0.8%	0.0%	0.1%	0.0%	2.5%	0.0%	5.5%	4.6%	4.5%	6.7%	9.4%	1.5%
PGT	1.8%	1.4%	2.3%	0.9%	2.9%	0.0%	2.7%	2.2%	2.0%	2.7%	5.3%	0.2%	0.7%	0.7%	1.1%	0.2%	0.8%	0.0%	3.8%	2.8%	3.1%	3.3%	7.4%	0.2%
PAN	1.7%	0.5%	0.8%	0.5%	4.1%	0.3%	3.5%	2.8%	3.9%	3.6%	4.6%	1.6%	0.7%	0.0%	0.4%	0.2%	1.9%	0.1%	4.4%	3.3%	4.3%	3.8%	6.8%	1.9%
PSTU	1.5%	0.9%	1.4%	1.2%	2.3%	0.8%	0.7%	0.4%	0.3%	0.4%	1.3%	0.7%	0.5%	0.0%	0.5%	0.7%	0.9%	0.2%	1.6%	1.3%	1.2%	0.9%	2.6%	1.3%
PSN	1.1%	0.2%	1.8%	0.7%	1.7%	0.0%	6.4%	2.6%	5.8%	4.2%	10.3%	4.0%	0.4%	0.0%	0.8%	0.2%	0.3%	0.0%	7.1%	2.8%	6.7%	4.7%	11.7%	4.0%
PCB	1.0%	0.0%	1.2%	1.6%	1.3%	0.5%	0.5%	0.2%	0.4%	0.0%	0.8%	0.5%	0.4%	0.0%	0.5%	0.9%	0.4%	0.1%	1.1%	0.2%	1.1%	0.7%	1.7%	0.9%
PCO	0.3%	0.0%	0.2%	0.0%	0.5%	0.3%	0.1%	0.0%	0.1%	0.2%	0.2%	0.0%	0.1%	0.0%	0.1%	0.0%	0.2%	0.1%	0.3%	0.0%	0.2%	0.2%	0.5%	0.2%
PRONA	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	2.6%	1.1%	0.9%	4.9%	5.5%	0.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	2.6%	1.1%	0.9%	4.9%	5.5%	0.7%
PRB	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PSOL	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PSD2	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PPL	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

2000-2004	2000						ENTRADA						SAÍDA						2004					
Partido	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
PMDB	93.8%	95.0%	88.5%	96.0%	96.2%	96.9%	4.1%	4.7%	6.3%	2.0%	2.7%	3.2%	4.9%	5.4%	9.4%	4.0%	3.5%	0.3%	92.8%	93.5%	85.2%	94.0%	95.6%	99.8%
PFL/ DEM	87.0%	92.6%	90.4%	88.9%	91.6%	72.4%	4.9%	5.2%	4.5%	6.9%	5.5%	3.6%	7.4%	9.7%	7.4%	8.7%	5.3%	9.0%	84.4%	87.3%	87.3%	87.1%	92.0%	67.0%
PSDB	80.7%	97.4%	76.3%	86.6%	92.3%	62.3%	9.2%	2.4%	10.8%	10.5%	6.0%	13.7%	6.2%	5.2%	11.0%	6.5%	2.5%	4.6%	83.7%	93.8%	75.9%	90.6%	96.0%	71.5%
PPB/ PP	74.5%	66.4%	64.7%	86.9%	72.5%	90.7%	13.3%	21.3%	18.6%	8.9%	12.2%	5.1%	9.3%	6.9%	12.3%	13.8%	9.1%	4.5%	78.4%	80.2%	70.9%	82.0%	75.7%	91.3%
PDT	54.3%	43.2%	39.8%	54.3%	59.5%	73.2%	19.2%	17.8%	26.6%	16.5%	18.9%	9.9%	7.2%	7.5%	7.3%	6.2%	5.9%	9.0%	66.2%	53.1%	59.0%	64.6%	72.5%	74.1%
PTB	66.0%	49.2%	58.3%	78.8%	78.6%	61.3%	15.9%	19.1%	21.4%	10.9%	10.6%	15.7%	12.7%	11.8%	23.6%	7.3%	7.3%	6.2%	76.4%	73.3%	68.0%	86.2%	87.6%	71.1%
PT	61.0%	56.4%	51.9%	68.8%	61.9%	72.5%	31.6%	39.6%	37.6%	28.3%	31.5%	20.7%	1.4%	0.4%	1.2%	0.4%	1.2%	2.6%	91.2%	95.1%	88.2%	96.7%	92.3%	90.6%
PL/ PR	44.6%	45.6%	48.2%	59.2%	56.6%	16.6%	28.4%	38.1%	27.1%	28.5%	30.5%	23.4%	4.7%	0.9%	8.4%	7.6%	3.1%	1.9%	72.2%	89.0%	71.5%	88.4%	86.8%	39.9%
PSB	35.7%	27.3%	37.3%	49.9%	39.7%	25.6%	20.0%	26.2%	22.5%	22.5%	19.3%	14.0%	7.3%	5.4%	6.2%	6.0%	10.2%	6.3%	48.4%	48.0%	53.5%	66.4%	48.9%	33.2%
PSD1	25.2%	32.8%	27.6%	28.3%	35.8%	2.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PSC	19.9%	18.4%	24.2%	22.5%	21.2%	11.2%	15.0%	10.5%	16.5%	31.8%	17.0%	5.2%	5.1%	7.1%	8.1%	4.7%	2.8%	3.3%	29.7%	21.7%	32.5%	49.7%	35.5%	13.1%
PMN	11.3%	9.8%	10.6%	18.7%	16.8%	2.6%	13.9%	16.6%	18.0%	11.8%	16.9%	3.3%	3.0%	2.8%	2.9%	6.7%	3.9%	0.7%	22.2%	23.4%	25.7%	23.8%	29.8%	5.2%
PPS	46.2%	67.0%	42.3%	52.1%	57.7%	25.4%	22.6%	16.6%	24.2%	26.3%	20.4%	24.5%	7.4%	7.1%	8.9%	5.6%	9.6%	3.0%	61.3%	75.9%	57.5%	72.8%	68.6%	46.9%
PRP	12.2%	3.7%	12.6%	12.5%	13.8%	12.5%	13.0%	6.9%	23.3%	16.3%	9.4%	3.7%	4.0%	1.3%	4.4%	3.8%	3.1%	5.9%	21.2%	9.2%	31.6%	24.9%	20.1%	10.4%
PC do B	13.6%	12.4%	17.3%	20.5%	13.7%	5.8%	12.6%	5.6%	18.9%	15.8%	12.4%	4.9%	1.8%	3.2%	2.3%	3.6%	1.4%	0.5%	24.4%	14.6%	33.8%	32.7%	24.7%	10.2%
PV	13.6%	7.4%	10.8%	12.0%	24.2%	5.9%	22.0%	14.4%	28.3%	41.4%	21.7%	8.3%	2.4%	1.7%	2.3%	2.2%	3.7%	1.2%	33.1%	20.0%	36.8%	51.2%	42.3%	13.0%
PSL	13.6%	9.1%	18.0%	17.6%	12.4%	9.1%	13.7%	13.5%	12.2%	26.1%	16.6%	7.4%	4.3%	6.2%	6.6%	3.6%	3.0%	2.3%	23.0%	16.3%	23.5%	40.1%	26.0%	14.2%
PST	12.9%	21.0%	11.2%	27.8%	14.0%	5.2%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PT do B	7.6%	3.3%	10.7%	8.2%	9.7%	1.6%	10.1%	5.8%	15.1%	12.2%	10.9%	2.0%	2.2%	0.4%	3.1%	3.3%	2.7%	0.6%	15.4%	8.6%	22.7%	17.1%	17.9%	3.0%
PSDC	9.3%	12.4%	10.9%	14.3%	9.5%	3.5%	13.0%	18.5%	13.4%	18.5%	16.4%	3.2%	2.7%	3.9%	3.4%	4.9%	2.1%	1.1%	19.6%	26.9%	20.9%	27.8%	23.8%	5.6%
PRN/ PTC	3.9%	2.2%	5.6%	4.7%	3.7%	1.9%	13.6%	11.6%	17.8%	5.8%	19.9%	2.2%	1.3%	1.3%	1.7%	2.2%	1.0%	0.8%	16.2%	12.5%	21.7%	8.2%	22.6%	3.3%
PRTB	7.6%	4.6%	9.8%	7.1%	9.7%	2.5%	11.5%	3.2%	11.2%	26.7%	16.2%	2.7%	3.0%	2.2%	4.8%	2.4%	2.6%	1.4%	16.0%	5.6%	16.2%	31.4%	23.3%	3.8%
PTN	5.5%	4.6%	4.5%	6.7%	9.4%	1.5%	11.6%	4.9%	18.5%	6.7%	12.1%	4.9%	1.6%	2.4%	1.6%	2.7%	2.0%	0.4%	15.4%	7.1%	21.3%	10.7%	19.5%	6.0%
PGT	3.8%	2.8%	3.1%	3.3%	7.4%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PAN	4.4%	3.3%	4.3%	3.8%	6.8%	1.9%	7.9%	3.0%	12.1%	9.1%	8.2%	2.9%	1.1%	1.3%	0.9%	1.1%	1.8%	0.5%	11.2%	4.9%	15.4%	11.8%	13.2%	4.2%
PSTU	1.6%	1.3%	1.2%	0.9%	2.6%	1.3%	1.0%	0.6%	0.7%	0.4%	1.9%	0.5%	0.5%	0.4%	0.3%	0.2%	0.8%	0.5%	2.1%	1.5%	1.5%	1.1%	3.7%	1.3%
PSN	7.1%	2.8%	6.7%	4.7%	11.7%	4.0%	13.7%	12.9%	16.9%	13.1%	15.2%	7.6%	2.0%	0.9%	1.7%	2.2%	3.1%	1.4%	18.8%	14.8%	21.8%	15.6%	23.8%	10.1%
PCB	1.1%	0.2%	1.1%	0.7%	1.7%	0.9%	2.2%	0.6%	3.3%	4.0%	1.8%	0.8%	0.3%	0.2%	0.2%	0.4%	0.4%	0.4%	3.0%	0.6%	4.2%	4.2%	3.1%	1.3%
PCO	0.3%	0.0%	0.2%	0.2%	0.5%	0.2%	0.6%	0.6%	0.4%	0.2%	1.1%	0.1%	0.1%	0.0%	0.1%	0.0%	0.2%	0.1%	0.7%	0.6%	0.6%	0.4%	1.4%	0.2%
PRONA	2.6%	1.1%	0.9%	4.9%	5.5%	0.7%	6.4%	2.8%	11.7%	8.7%	5.3%	0.7%	0.9%	0.0%	0.3%	2.4%	1.6%	0.5%	8.1%	3.9%	12.3%	11.1%	9.2%	0.8%
PRB	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PSOL	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PSD2	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PPL	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

2004-2008	2004						ENTRADA						SAÍDA						2008					
Partido	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
PMDB	92.8%	93.5%	85.2%	94.0%	95.6%	99.8%	5.4%	5.8%	11.2%	6.0%	2.8%	0.1%	5.0%	3.2%	8.9%	1.8%	5.1%	0.9%	93.4%	96.5%	87.5%	98.4%	93.2%	99.2%
PFL/ DEM	84.4%	87.3%	87.3%	87.1%	92.0%	67.0%	5.6%	6.7%	4.2%	8.7%	4.8%	7.2%	11.4%	10.6%	18.5%	11.2%	6.8%	7.4%	78.7%	83.8%	73.1%	84.8%	89.9%	67.0%
PSDB	83.7%	93.8%	75.9%	90.6%	96.0%	71.5%	8.7%	3.7%	12.9%	6.9%	3.0%	13.1%	8.0%	7.8%	14.0%	9.8%	3.5%	4.5%	84.5%	90.1%	74.8%	87.9%	95.4%	80.3%
PPB/ PP	78.4%	80.2%	70.9%	82.0%	75.7%	91.3%	9.2%	13.8%	10.2%	10.0%	10.7%	3.5%	11.0%	6.3%	15.4%	15.6%	11.0%	4.7%	76.6%	88.1%	65.8%	76.6%	75.4%	90.3%
PDT	66.2%	53.1%	59.0%	64.6%	72.5%	74.1%	14.1%	18.4%	18.8%	19.2%	10.0%	9.1%	9.4%	9.9%	12.0%	6.3%	10.8%	4.7%	70.9%	61.8%	65.8%	77.7%	71.6%	78.6%
PTB	76.4%	73.3%	68.0%	86.2%	87.6%	71.1%	9.2%	14.3%	14.0%	3.6%	5.9%	6.9%	13.3%	16.8%	16.0%	13.6%	9.5%	13.1%	74.4%	71.5%	70.4%	78.1%	84.9%	65.5%
PT	91.2%	95.1%	88.2%	96.7%	92.3%	90.6%	4.7%	3.0%	7.0%	2.7%	3.7%	4.2%	6.7%	6.9%	6.1%	2.7%	7.6%	7.8%	89.3%	91.6%	89.2%	96.9%	88.3%	87.1%
PL/ PR	72.2%	89.0%	71.5%	88.4%	86.8%	39.9%	8.1%	9.7%	11.3%	6.7%	4.4%	8.2%	15.6%	7.1%	20.9%	11.4%	15.8%	12.4%	66.2%	92.4%	66.0%	84.2%	75.8%	35.8%
PSB	48.4%	48.0%	53.5%	66.4%	48.9%	33.2%	22.5%	25.5%	31.8%	21.4%	17.5%	14.7%	7.9%	10.8%	8.9%	8.5%	6.2%	7.3%	63.0%	62.9%	76.4%	79.5%	60.1%	40.7%
PSD1	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PSC	29.7%	21.7%	32.5%	49.7%	35.5%	13.1%	17.6%	18.6%	17.3%	22.8%	19.6%	13.0%	7.4%	6.9%	9.6%	13.6%	7.0%	2.5%	40.0%	33.5%	40.1%	58.9%	48.2%	23.6%
PMN	22.2%	23.4%	25.7%	23.8%	29.8%	5.2%	9.0%	4.3%	13.1%	17.4%	6.3%	5.1%	8.0%	9.9%	9.0%	6.5%	11.2%	2.0%	23.2%	17.9%	29.8%	34.8%	25.0%	8.3%
PPS	61.3%	75.9%	57.5%	72.8%	68.6%	46.9%	10.4%	3.9%	11.2%	17.0%	8.9%	11.4%	15.1%	17.7%	21.7%	9.8%	12.2%	10.2%	56.7%	62.4%	47.1%	80.1%	65.3%	48.2%
PRP	21.2%	9.2%	31.6%	24.9%	20.1%	10.4%	6.9%	5.8%	7.7%	13.4%	8.3%	1.8%	8.6%	4.5%	13.3%	8.9%	7.1%	4.9%	19.6%	10.6%	26.0%	29.5%	21.3%	7.2%
PC do B	24.4%	14.6%	33.8%	32.7%	24.7%	10.2%	14.1%	6.9%	25.1%	17.4%	8.5%	7.1%	5.0%	4.3%	6.5%	5.1%	5.6%	1.9%	33.5%	17.3%	52.4%	45.1%	27.6%	15.3%
PV	33.1%	20.0%	36.8%	51.2%	42.3%	13.0%	18.6%	18.4%	17.3%	23.9%	25.9%	8.4%	7.0%	6.3%	9.9%	10.5%	5.2%	4.3%	44.7%	32.2%	44.2%	64.7%	63.0%	17.1%
PSL	23.0%	16.3%	23.5%	40.1%	26.0%	14.2%	10.7%	5.4%	15.0%	12.5%	12.2%	3.7%	8.4%	9.1%	8.8%	16.7%	7.6%	5.4%	25.4%	12.7%	29.6%	35.9%	30.6%	12.6%
PST	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PT do B	15.4%	8.6%	22.7%	17.1%	17.9%	3.0%	8.1%	14.3%	7.9%	19.6%	7.6%	2.4%	5.8%	2.6%	9.7%	4.2%	6.4%	1.2%	17.7%	20.3%	20.9%	32.6%	19.2%	4.3%
PSDC	19.6%	26.9%	20.9%	27.8%	23.8%	5.6%	7.6%	4.8%	9.6%	16.7%	7.4%	2.7%	8.1%	12.7%	8.9%	10.7%	9.2%	2.7%	19.1%	19.0%	21.6%	33.9%	22.0%	5.6%
PRN/ PTC	16.2%	12.5%	21.7%	8.2%	22.6%	3.3%	9.3%	7.1%	10.8%	15.8%	10.1%	4.3%	5.7%	4.8%	8.0%	4.0%	7.4%	0.9%	19.8%	14.9%	24.6%	20.1%	25.3%	6.7%
PRTB	16.0%	5.6%	16.2%	31.4%	23.3%	3.8%	8.2%	3.9%	11.3%	13.2%	7.5%	4.3%	7.5%	2.4%	8.0%	17.2%	10.1%	1.4%	16.7%	7.1%	19.5%	27.5%	20.7%	6.7%
PTN	15.4%	7.1%	21.3%	10.7%	19.5%	6.0%	9.5%	16.8%	10.3%	24.6%	7.1%	2.9%	7.0%	2.8%	11.0%	2.9%	7.8%	2.9%	18.0%	21.2%	20.7%	32.4%	18.8%	6.1%
PGT	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PAN	11.2%	4.9%	15.4%	11.8%	13.2%	4.2%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PSTU	2.1%	1.5%	1.5%	1.1%	3.7%	1.3%	0.3%	0.6%	0.2%	0.2%	0.4%	0.3%	1.2%	1.3%	0.8%	0.4%	1.9%	0.8%	1.2%	0.9%	0.9%	0.9%	2.2%	0.7%
PSN	18.8%	14.8%	21.8%	15.6%	23.8%	10.1%	10.2%	11.0%	14.1%	12.9%	10.6%	2.2%	7.2%	6.7%	8.0%	5.6%	9.1%	4.3%	21.7%	19.2%	27.9%	23.0%	25.3%	8.0%
PCB	3.0%	0.6%	4.2%	4.2%	3.1%	1.3%	1.9%	1.1%	4.0%	1.1%	0.6%	1.0%	1.5%	0.4%	1.7%	2.7%	1.7%	0.8%	3.4%	1.3%	6.5%	2.7%	2.0%	1.6%
PCO	0.7%	0.6%	0.6%	0.4%	1.4%	0.2%	0.1%	0.0%	0.1%	0.0%	0.1%	0.0%	0.6%	0.6%	0.5%	0.2%	1.2%	0.2%	0.2%	0.0%	0.1%	0.2%	0.4%	0.0%
PRONA	8.1%	3.9%	12.3%	11.1%	9.2%	0.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PRB	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	38.1%	30.5%	43.9%	48.4%	42.7%	21.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	38.1%	30.5%	43.9%	48.4%	42.7%	21.9%
PSOL	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	7.3%	6.0%	5.8%	15.8%	8.8%	4.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	7.3%	6.0%	5.8%	15.8%	8.8%	4.8%
PSD2	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PPL	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

2008-2012	2008						ENTRADA						SAÍDA						2012					
Partido	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil	C. Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
PMDB	93.4%	96.5%	87.5%	98.4%	93.2%	99.2%	4.5%	3.7%	7.7%	2.0%	4.6%	0.8%	4.1%	2.4%	8.1%	2.0%	3.2%	0.8%	93.6%	97.4%	87.0%	98.2%	94.6%	98.7%
PFL/ DEM	78.7%	83.8%	73.1%	84.8%	89.9%	67.0%	6.3%	8.6%	7.5%	8.5%	4.3%	5.5%	15.1%	10.3%	20.0%	10.9%	10.1%	18.3%	69.7%	81.7%	60.6%	82.2%	84.2%	53.9%
PSDB	84.5%	90.1%	74.8%	87.9%	95.4%	80.3%	7.4%	6.9%	9.7%	11.4%	3.4%	8.2%	8.2%	4.5%	15.6%	6.0%	3.3%	6.0%	83.5%	92.0%	68.9%	93.1%	95.4%	82.0%
PPB/ PP	76.6%	88.1%	65.8%	76.6%	75.4%	90.3%	11.2%	6.2%	16.9%	12.7%	10.4%	5.0%	7.6%	10.5%	9.0%	8.9%	7.4%	3.9%	80.1%	83.4%	73.7%	80.2%	78.3%	90.9%
PDT	70.9%	61.8%	65.8%	77.7%	71.6%	78.6%	11.9%	18.7%	15.0%	15.4%	10.1%	6.0%	9.7%	6.2%	12.7%	9.1%	9.2%	7.7%	73.0%	74.0%	68.1%	83.7%	72.5%	76.5%
PTB	74.4%	71.5%	70.4%	78.1%	84.9%	65.5%	9.8%	14.0%	11.4%	10.7%	6.3%	10.1%	11.1%	14.4%	14.5%	8.2%	8.3%	9.5%	73.0%	70.8%	67.2%	80.4%	82.8%	65.9%
PT	89.3%	91.6%	89.2%	96.9%	88.3%	87.1%	7.0%	6.7%	6.5%	2.2%	7.3%	9.2%	4.1%	5.6%	4.8%	3.6%	3.5%	3.4%	92.1%	92.3%	90.8%	95.3%	92.1%	92.5%
PL/ PR	66.2%	92.4%	66.0%	84.2%	75.8%	35.8%	10.0%	4.9%	13.6%	8.0%	9.4%	8.2%	10.3%	15.3%	12.8%	8.0%	9.3%	6.8%	65.8%	81.7%	66.8%	84.0%	75.9%	36.9%
PSB	63.0%	62.9%	76.4%	79.5%	60.1%	40.7%	15.7%	18.7%	16.4%	12.2%	15.7%	14.9%	7.4%	7.1%	7.8%	10.0%	6.4%	7.5%	71.2%	74.2%	84.9%	81.5%	69.3%	47.9%
PSD1	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PSC	40.0%	33.5%	40.1%	58.9%	48.2%	23.6%	16.5%	24.3%	19.6%	18.0%	12.2%	14.2%	7.0%	6.0%	8.8%	7.3%	8.2%	2.7%	49.4%	51.6%	50.9%	69.5%	52.2%	35.0%
PMN	23.2%	17.9%	29.8%	34.8%	25.0%	8.3%	9.8%	15.5%	12.2%	15.4%	7.6%	5.1%	7.6%	5.4%	10.4%	12.7%	7.3%	2.8%	25.3%	28.0%	31.5%	37.4%	25.2%	10.7%
PPS	56.7%	62.4%	47.1%	80.1%	65.3%	48.2%	11.1%	8.4%	12.8%	11.6%	8.7%	12.6%	13.6%	16.1%	15.8%	16.5%	12.8%	9.2%	54.1%	54.4%	44.1%	75.1%	61.2%	51.4%
PRP	19.6%	10.6%	26.0%	29.5%	21.3%	7.2%	12.6%	23.4%	14.1%	18.3%	13.4%	3.1%	5.9%	3.7%	8.0%	7.6%	5.8%	3.1%	26.3%	30.3%	32.0%	40.1%	28.9%	7.2%
PC do B	33.5%	17.3%	52.4%	45.1%	27.6%	15.3%	13.5%	14.6%	16.7%	14.3%	13.0%	8.6%	5.7%	3.0%	9.5%	5.1%	3.6%	4.2%	41.3%	28.8%	59.5%	54.1%	37.0%	19.7%
PV	44.7%	32.2%	44.2%	64.7%	63.0%	17.1%	16.3%	17.6%	18.8%	14.7%	16.4%	12.5%	9.2%	8.0%	12.1%	13.6%	8.5%	4.7%	51.7%	41.7%	50.8%	65.7%	71.0%	24.9%
PSL	25.4%	12.7%	29.6%	35.9%	30.6%	12.6%	14.8%	22.2%	16.0%	17.6%	15.0%	8.9%	7.0%	3.4%	9.0%	12.7%	7.9%	1.8%	33.2%	31.4%	36.6%	40.8%	37.7%	19.6%
PST	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PT do B	17.7%	20.3%	20.9%	32.6%	19.2%	4.3%	12.7%	17.6%	15.6%	17.8%	14.0%	2.8%	4.9%	7.3%	5.4%	10.9%	4.6%	1.4%	25.6%	30.5%	31.2%	39.4%	28.6%	5.6%
PSDC	19.1%	19.0%	21.6%	33.9%	22.0%	5.6%	9.5%	10.1%	11.3%	16.7%	9.2%	4.0%	6.0%	7.3%	8.0%	6.7%	6.4%	1.5%	22.5%	21.7%	24.9%	43.9%	24.8%	8.1%
PRN/ PTC	19.8%	14.9%	24.6%	20.1%	25.3%	6.7%	11.4%	13.8%	16.1%	15.6%	10.3%	3.2%	6.3%	5.2%	7.8%	10.9%	6.3%	2.7%	24.8%	23.4%	32.9%	24.7%	29.2%	7.1%
PRTB	16.7%	7.1%	19.5%	27.5%	20.7%	6.7%	11.2%	8.4%	15.3%	16.0%	12.7%	2.4%	5.8%	2.6%	6.9%	11.6%	5.5%	3.8%	22.1%	12.9%	27.9%	31.8%	27.9%	5.2%
PTN	18.0%	21.2%	20.7%	32.4%	18.8%	6.1%	11.6%	11.2%	15.3%	18.7%	11.5%	3.7%	5.8%	7.5%	6.4%	10.5%	5.8%	2.4%	23.8%	24.7%	29.6%	40.5%	24.5%	7.4%
PGT	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PAN	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PSTU	1.2%	0.9%	0.9%	0.9%	2.2%	0.7%	0.6%	0.4%	0.3%	0.0%	0.8%	0.8%	0.4%	0.6%	0.2%	0.0%	0.7%	0.1%	1.4%	0.6%	1.0%	0.9%	2.3%	1.4%
PSN	21.7%	19.2%	27.9%	23.0%	25.3%	8.0%	11.8%	12.7%	15.1%	12.2%	13.5%	3.9%	7.0%	6.0%	10.4%	8.9%	6.3%	2.6%	26.5%	25.8%	32.5%	26.3%	32.5%	9.2%
PCB	3.4%	1.3%	6.5%	2.7%	2.0%	1.6%	0.5%	0.6%	0.8%	0.0%	0.3%	0.6%	2.4%	1.1%	4.9%	1.6%	1.4%	1.1%	1.5%	0.9%	2.5%	1.1%	0.9%	1.1%
PCO	0.2%	0.0%	0.1%	0.2%	0.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.1%	0.0%	0.1%	0.2%	0.2%	0.0%	0.1%	0.0%	0.1%	0.0%	0.2%	0.0%
PRONA	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
PRB	38.1%	30.5%	43.9%	48.4%	42.7%	21.9%	15.5%	16.3%	19.6%	19.2%	15.8%	7.4%	8.2%	8.0%	8.8%	11.1%	8.7%	5.5%	45.4%	38.7%	54.7%	56.3%	49.7%	23.7%
PSOL	7.3%	6.0%	5.8%	15.8%	8.8%	4.8%	5.2%	3.9%	5.2%	7.3%	7.8%	1.3%	3.2%	2.8%	2.7%	8.0%	3.2%	2.5%	9.3%	7.1%	8.4%	15.1%	13.4%	3.5%
PSD2	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	72.2%	87.3%	78.2%	84.6%	68.1%	58.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	72.2%	87.3%	78.2%	84.6%	68.1%	58.4%
PPL	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	10.2%	8.4%	10.2%	12.5%	12.8%	6.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	10.2%	8.4%	10.2%	12.5%	12.8%	6.3%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.